

**PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**PARECER Nº \_\_\_\_/2019 - CCJR/CFO**

**Objeto: Projeto de Lei nº 125/2019**

**Autoria: Poder Executivo**

**Relator: \_\_\_\_\_**

**Parecer: FAVORÁVEL**

**RELATÓRIO:**

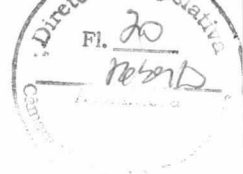
Parecer Conjunto das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, nos termos do art. 95 do Regimento Interno deste Legislativo Municipal sobre o Projeto de Lei Nº 125/2019, de iniciativa do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a criação de cargo público no quadro de servidores da Administração Direta Municipal e altera a Lei Municipal nº 4.230, de 26 de abril de 2002 e dá outras providências.”, para fins de análise, discussão e emissão de parecer.

**ANÁLISE:**

A matéria tratada na propositura tem como objeto a criação do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Mecânico, para atuação no âmbito da Secretaria Municipal de Obras. Este profissional é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o melhor desenvolvimento com redução de custos das obras de Parauapebas.

Sob o aspecto formal, a competência e a deflagração do processo legislativo estão de acordo com a Lei Orgânica Municipal, vez que a presente proposição foi proposta pelo Poder Executivo, de autoria do Prefeito.

  
**ESTADO DO PARÁ**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS**



Em relação ao aspecto orçamentário, a proposição acompanha estimativa de impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.


Portanto, tenho que a propositura está apta quanto à constitucionalidade e legalidade e, por atender às exigências necessárias para prosseguimento e aprovação, **opino favoravelmente** ao Projeto de Lei 125/2019.

**CONCLUSÃO:**

Ante o exposto, **OPINO FAVORAVELMENTE** do Projeto de Lei 125/2019.

É o que tenho a manifestar.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2019.

  
\_\_\_\_\_

Relator

## Parecer Conjunto ao PL nº 125/2019 de autoria do Poder Executivo



### VOTO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação e Comissão de Finanças e Orçamento, após analisar o Projeto de Lei Nº 125/2019, de iniciativa do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a criação de cargo público no quadro de servidores da Administração Direta Municipal e altera a Lei Municipal nº 4.230, de 26 de abril de 2002 e dá outras providências.”, em conformidade com as conclusões do relatório exarado pelo relator, **OPINA PELA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE** do projeto por entender que a referida proposição está em conformidade com a legislação vigente.

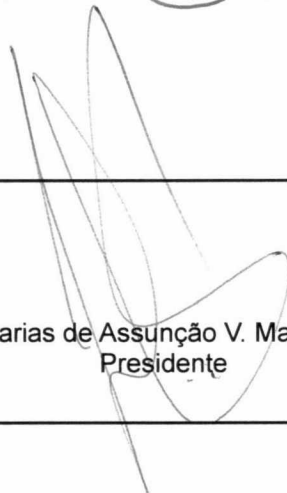

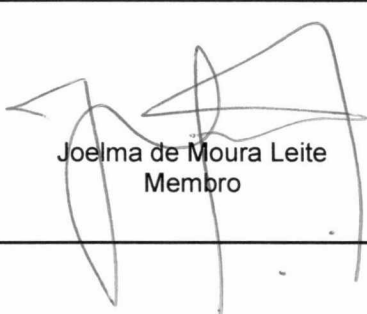
É o parecer das comissões permanentes,

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2019.

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação

 Ivonaldo Braz Silva Simplicio Presidente	José Marcelo Alves Filgueira Membro	 José das Dores Couto Membro
--	--	---

#### Comissão de Finanças e Orçamento

 Zacarias de Assunção V. Marques Presidente	 Francisca Giza Pinheiro Martins Membro	 Joelma de Moura Leite Membro
--	---	--